

Eanes não foi avisado de que Moçambique não teria crédito

O Jornal

14/10/83

Cáceres Monteiro

Divergências entre o Presidente da República e o Governo assinalaram o termo da visita de Samora Machel a Portugal.

O conflito que, por enquanto, ainda não assumiu uma dimensão pública, tem como base a forma e o conteúdo da decisão de não abertura de uma linha de crédito de 10 milhões de escudos a Moçambique. Esse assunto terá tratado, certamente, numa próxima audiência do general Eanes com Mário Soares, das que se costumam realizar em Belém, às sextas-feiras. Contudo, para hoje não está previsto qualquer encontro.

Uma fonte próxima do primeiro-ministro considera, contudo, não ver motivo para a existência de qualquer conflito, considerando «normal» o procedimento governamental e assinala a forma «consensual» como decorreu a visita, desde a sua preparação.

A decisão do Governo de manter o limite de crédito não foi comunicada previamente ao Presidente da República, antes da assinatura dos acordos, cerimónia que decorreu quarta-feira de manhã entre os ministros dos Negócios Estrangeiros, Jaime Gama e Joaquim Chissano.

Eanes soube da opção governamental através de fontes moçambicanas.

Em meios políticos está a ser feita a interpretação de que este procedimento do Ministério dos Negócios Estrangeiros procurou reforçar, perante os moçambicanos, a ideia de que quem é o instrumento dos acordos de cooperação é o Governo e não o Presidente da República.

Em círculos moçambicanos, e sobre o fundo da questão, foi-nos transmitida a convicção de que os obstáculos à implementação de uma linha de crédito derivam do interesse que o Governo teria em levar «na mala» o acréscimo do limite global quando Mário Soares e Jaime Gama se deslocarem ao Maputo, em visita oficial, nos termos de um convite que Samora Machel deixou formulado. Contudo, o gabinete do primeiro-ministro rejeita tais especu-

lações, assinalando que a viagem de Mário Soares não se realizará tão depressa.

O Governo justificou junto da parte moçambicana a restrição à cooperação no domínio financeiro devido às dificuldades da economia portuguesa e ao facto de Portugal estar a recorrer a empréstimos internacionais. A abertura de uma linha de crédito, neste preciso momento, poderia, assim, ser mal compreendida pela opinião pública nacional.

Chissano e Ratilal chegaram a pensar em não ir à cerimónia

Joaquim Chissano e o governador do Banco de Moçambique, Pakash Ratilal, terão aceite muito mal a decisão do Governo português, só tomada de terça para quarta-feira. Tanto fontes da Presidência da República como da Presidência do Conselho de Ministros nos confirmaram que, da parte de importantes elementos da delegação moçambicana, chegou a esboçar-se um movimento no sentido da não comparecência à assinatura do tratado de amizade e dos acordos de cooperação. Segundo as mesmas fontes terá sido o próprio Samora Machel que interveio no sentido de tudo correr normalmente. Na tarde e na noite de terça-feira, num «debate» que teve como protagonistas o secretário de Estado do Tesouro, António Almeida, e Ratilal, este chegou a admitir a possibilidade do congelamento do protocolo financeiro, indicam fontes do MNE.

Fontes diplomáticas assinalaram a «grande maturidade política de Machel» ao não demonstrar, na quarta-feira, que se sentia afectado pelo não alargamento do «plafond» de crédito.

Uma fonte de S. Bento disse a «O Jornal» que o presidente moçambicano compreendeu as

razões que lhe foram expostas por Mário Soares.

Por outro lado, um destacado elemento da delegação moçambicana, ao mesmo tempo que tentava minimizar as reacções de desagrado entre os moçambicanos, comentava: «Para nós o encontro com Portugal não vale nem 10 nem nenhuns milhões. Não há nenhuma moeda que «pague» o que se passou.»

Essa mesma personalidade, muito próxima de Samora Machel, procurava ressaltar os efeitos políticos e nomeadamente o tratado que prevê a restituição a Moçambique dos restos mortais do imperador Gungunhana: «Também Samora é de Gaza, também ele tem no sangue o mesmo fulgor de Gungunhana. Por isso ele sentiu de maneira tão profunda o gesto do Governo português. Por isso ele chorou.»

Viagem observada «à lapa» pelas chancelarias de Ocidente e de Leste

Para Moçambique a visita de Machel a Lisboa tinha um significado diplomático muito especial. Os Estados Unidos, a União Soviética e alguns dos outros países incluídos na rota europeia de Samora Machel, como a Bélgica e a Holanda, faziam depender do êxito da viagem a Portugal uma maior abertura em relação a Moçambique.

Segundo apurou «O Jornal», elementos do Departamento de Estado norte-americano estiveram em Lisboa seguidamente a visita do presidente moçambicano (para já não se falar de correspondentes e, naturalmente, agentes de serviços de Informação de diversas procedências...).

Mais do que nunca, a política moçambicana teve a sua «Lisbon connections».

Em círculos diplomáticos salienta-se, entretanto, que, da mesma forma que Lisboa está a servir de ponto de apoio para a política moçambicana, Maputo — através de Samora Machel — poderá vir a ser a grande porta de entrada para a in-

fluência portuguesa em África. Samora Machel está a ganhar, cada vez mais, o estatuto de um líder político influente, não só na África Austral como em todo o continente.

Ca EUA não desejam pagar um papel directo na África Austral e estão a tentar utilizar Portugal como elemento mediador. Moçambique vê com bons olhos esse papel.

Sobretudo desde os últimos dias da estada de Samora em Lisboa, e acima de tudo após a sua partida, foi evidente o desenvolvimento de diversas manobras de informação e contra-informação.

«Guerras» de influências em Lisboa e Maputo

O desenvolvimento das relações entre Portugal e Moçambique revela-se tanto mais complexo quanto é certo que diversas tendências que é possível detectar na política moçambicana jogam a favor ou contra a cooperação com Portugal. Nesse sentido, tem-se, em círculos próximos de Belém, que o sucesso no campo financeiro possa ser utilizado pelos adversários de Samora Machel.

Na parte portuguesa também a pulverização do poder é patente.

Ainda que publicamente o Presidente da República e o primeiro-ministro tenham procurado transmitir a unidade da representação do Estado português, a qualidade do poder acabou por vir ao de cima.

Por outro lado, dentro do próprio Governo é, por vezes, detectável o mal estar e os «curto-circuitos» provocados pela coexistência de rivalidade entre Almeida e Jaime Gama.

Os moçambicanos atribuem a responsabilidade pelo insucesso da cooperação 10 milhões, ao ministro das Finanças Ernani Lopes. Contudo, o Governo é designadamente o seu primeiro-ministro, em público e privado, fazem questão de assinalar as opções tomadas. Mário Soares definiu, no dia

curso de Sintra, o princípio da cooperação em dois sentidos.

A decisão de não acrescentar as linhas de crédito (que, consoante os próprios acordos, pode ser revista) motivou alguns problemas a nível do Governo português, detectáveis na banquete oferecido, terça-feira à noite, pelos moçambicanos, no Palácio de Queluz, onde os governantes portugueses chegaram a fazer «inimicoselhos de ministros».

Gaspar da Silva, secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros, ficou numa posição particularmente falsa, porque as negociações com os moçambicanos estavam a decorrer no pressuposto de que Maputo teria os 10 milhões.

Ganhou, no Governo, força a ideia de que o estabelecimento de novas linhas de crédito seria a «solução mais cómoda» mas que a cooperação, mesmo na parte económica, apresenta muitas outras possibilidades, designadamente no campo multilateral. Essa mesma ideia nos foi transmitida por Mário Soares em conversa que conosco manteve em Nafarros, antes do encontro com Samora Machel.

Nessa ocasião foi possível também verificar o interesse que o primeiro-ministro colocava no estabelecimento de um acordo consular e outro de justiça, visando resolver o caso dos portugueses detidos e criar um quadro dentro do qual, no futuro, os interesses de nacionais exercendo actividade em Moçambique se encontrem salvaguardados.

O acordo judiciário já se encontra bastante avançado mas o facto de não se ter deslocado a Lisboa o ministro moçambicano da Justiça impediu a sua assinatura; de acordo com fonte do MNE, os moçambicanos não quiseram assinar o acordo consular.

De qualquer forma, no texto, assinado entre as duas partes (acordo de amizade e cooperação e protocolo de incidência financeira), há alguns aspectos importantes a assinalar.

Entendimento no plano militar

No domínio militar, embora isso não conste dos textos oficiais, as conversas desenvolvidas foram julgadas satisfatórias por ambas as partes — o que virá avolumar as preocupações manifestadas por alguns países, designadamente a União Soviética, que tem expresso a Moçambique a sua apreensão por este país manter um esquema de cooperação com um país da NATO.

A frequência das Academias militares portuguesas por jovens moçambicanos voltou a ser objecto de conversações do mais alto nível. Também está previsto o envio de conselheiros militares, desde que não haja «mistura» com outros vindos de Leste. Remessas de armamento estão previstas e rações de combate e fardas a seguir normalmente. O papel que Portugal poderá ter quanto a «Resistência Moçambicana» também foi referido nas conversações: a África do Sul tem feito depender o termo do apoio à «RNM» do encerramento das bases do ANC em território moçambicano.

O crédito português immobilizado em Moçambique, designadamente o que respeita à TAP e à Marconi, vai ser transferido para Portugal, que também será indemnizado pelos encargos que tem assumido com Cabora Bassa.

As partes envolvidas, quer a portuguesa (seja Belém ou S. Bento) a moçambicana fizeram

questão em assinalar a «O Jornal» que, apesar do caso dos 10 milhões, consideram muito positiva a forma como decorreu a visita.

Elementos próximos de Samora Machel referem a forma como o presidente moçambicano partiu «especialmente muito sensibilizado».

O tratado sobre a devolução dos restos mortais do imperador Gungunhana e a cerimónia da deposição da coroa de flores aos soldados portugueses mortos, em Tancos, foram os gestos mais significativos da visita.

Em termos políticos, há a registar a vitória política que o acontecimento traz, não só para Eanes, mas também para Mário Soares. Realista, Machel agiu tendo em atenção que o instrumento de cooperação é o Governo e que ele, e em especial Soares, é ponte importante para os EUA e a Europa. O primeiro-ministro conseguiu, de uma assentada, reforçar o seu peso internacional em rela-

ção a África; no plano interno neutralizou a extrema-direita (que praticamente não se manifestou) e marginalizou o PCP que teve em todo o processo da viagem de Machel um papel secundário, uma vez que é a Oposição, embora tenham sido, maioritariamente, os seus militantes que surgiram nas ruas a vitorejar Machel.

Até há alguns anos era pelo PCP que, em larga medida, passavam as relações de cooperação entre os dois países.

Cunhal, como Balsemão, não aceitou um convite de Mário Soares para estar presente no almoço do Palácio da Vila, em Sintra, mas avistou-se com o presidente moçambicano em Queluz.

No almoço em Nafarros, de acordo com informação colhida junto de um dos participantes, o primeiro-ministro terá dito a Machel que tem muitas divergências em relação a Eanes, mas não quanto a África.